

25 JUL 1986

JORNAL DO BRASIL

Economia - Brasil

De pacote em pacote

César Maia

PLANO Cruzado: Congresso em recesso. Plano de Metas: Congresso em recesso. Coincidência? Novas medidas de política econômica; novos sustos; velhos métodos. A explicação se repete: fator surpresa. De fato, a população permanece surpreendida. Ninguém deseja transformar o fórum das decisões de política econômica em assembléia geral, mas construir canais que permitam fazer fluir opiniões e críticas organizadas. O objetivo maior é a própria legitimação da ação do governo. O que nos inspira é a estabilidade democrática.

Será que os agentes econômicos, empresários, trabalhadores, profissionais ... depois do pacote dois acreditarão que não virá o pacote três? Esta é a questão central de qualquer política econômica: a permanência das regras do jogo e a fixação das regras para mudar as regras do jogo. Surpresas, só em condições especiais.

Não havia dúvida de que o congelamento num momento específico cristalizaria distorções na estrutura de preços relativos. O caso dos derivados do petróleo é exemplar. Porém, faltou e ainda falta coragem política ao governo para vir discutir tais questões e ajustar posições, evitando a continuidade de diversas distorções que ocorrem e se ampliam.

No fundo, no fundo, o problema continua sendo o mesmo, e o remédio idem. O discurso do senhor presidente não foi convincente. Na verdade, o que as medidas objetivam é coisa diferente de um pomposo Plano de Metas. O que deseja a ortodoxia de sempre é fazer caixa para o governo e desaquecer a economia. Tudo muito parecido com o Finsocial. São criados paratributos com fins da maior nobreza, que no final cobrirão buracos. O fetiche da palavra mágica déficit público é de tal ordem que junto com o plano informado surgiu um livro branco que exclui do déficit todas as despesas necessárias a demonstrar um equilíbrio que não existe. Agora, os ministros passaram a utilizar o termo déficit corrente. Ora, déficit corrente permanente de caixa caracteriza um estado de insolvência. Exige rever a tributação ou o gasto. Para se ter uma idéia, se adotado este conceito o Rio de Janeiro teria fechado o semestre com um superávit corrente de caixa da ordem de Cz\$ 1 bilhão.

Mas infelizmente o problema não se restringe à esfera da boa prática política. As medidas são discrimi-

natórias. Atingem os assalariados de diversos níveis e atingem também os governos estaduais e municipais que operam importantes frotas de veículos em áreas tão importantes como segurança e saúde. Para as empresas, a carga pesará menos, já que ao maior custo corresponderá um menor imposto de renda a pagar.

A que patamar de desaceleração funcionará a economia? Se existem diversas distorções setoriais que têm provocado ágios e desabastecimento, não será com paratributos sobre alguns bens e serviços que teremos soluções. A menos que o governo tenha a intenção de provocar um desaquecimento muito superior ao que seu discurso informa. Se for assim é justo que nos preocupemos.

Não acreditamos que o problema maior das bolsas de valores, hoje, seja de recursos para aplicação. Na realidade, o que falta são papéis. Desta forma, a generosidade com o capital estrangeiro deve ter outra função. Quem sabe demonstrar princípios para negociar mais "educadamente" a dívida externa?

Se o governo está tão disposto a executar seu Plano de Metas, apesar de discordarmos dos métodos, fariamos uma proposta: enviar mensagem de lei ao Congresso Nacional vinculando os recursos absorvidos à sua aplicação. Desta maneira evitar-se-ia o que parece o provável, ou seja, a utilização para os problemas menores de caixa. O tal fundo teria conta separada e quem sabe um conselho fiscal aberto à sociedade.

Que saudade do presidente Juscelino Kubitschek que discutiu seu Plano de Metas em praça pública, dentro de sua campanha à presidência da República, legitimando ações posteriores.

A tensão do senhor presidente em seu pronunciamento demonstra o estado de incomodidade em que se encontrava. Atos falhos como dizer que "se exclui deste imposto, ..." demonstram que na verdade o imprevisto foi mais uma vez a tônica das decisões.

Aí estão os planos de investimento da Petrobrás antes conhecidos de todos e já financiados, e os da Eletrobrás. Suas inclusões no Plano de Metas demonstra a artificialidade da vinculação dos recursos conquistados e de seu uso.

Resta contar que a crítica responsável possa servir para estimular a recuperação dos compromissos fundamentais em torno dos quais nasceu a nova República: democratização, federação e prioridade ao social.

César Maia é assessor financeiro do governo do Rio de Janeiro